



CARTA DE ALERTA E MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Nós, profissionais da educação do IFPA, lançamos um alerta e convocamos o(a)s colegas para intensificar a luta em defesa da educação pública. Um vulto reacionário, de aspecto neofascista, se avoluma no Brasil e seu movimento se capilariza nas milícias armadas e digitais, nos grupos da extrema direita, nas denominações religiosas fanáticas e no empresariado ultraliberal. Ligado a tudo isso está a pretensa tirania da família Bolsonaro e setores militares revisionistas da ditadura, os quais, neste momento, negociam dinheiro público com os partidos do chamado CENTRÃO para fazer avançar um projeto de regime autoritário no país. O descalabro bolsonarista no governo federal diante da pandemia da COVID-19 repercute amplamente também na educação. A escalada da indiferença e da perversidade do atual presidente com a saúde e a economia do país segue paralela ao processo de privatização da educação pública, fato que reforça a necessidade de nos mantermos em estado de mobilização permanente para denunciarmos e barrarmos o que ainda está por vir.

Nesse sentido, há uma clara tentativa de reestruturação da velha tecnocracia do período da ditadura militar com base no revisionismo dos princípios de Segurança e Desenvolvimento Nacional, ou seja, da imposição de uma neotecnocracia militar no comando do país. Esse projeto está representado, no campo educacional, em ações de ordem político-moralistas e num experimentalismo neotecnocrático. Por um lado, movimentos neofascistas como “escola sem partido” e de combate a uma suposta “ideologia de gênero” se travestem do conservadorismo moral para travar uma guerra cultural contra os direitos humanos e a organização democrática na vida social, razão pela qual as escolas e universidades são alvos preferenciais. Por outro, um experimentalismo neotecnocrático se apresenta nas propostas de alternativas tecnológicas com o fim de reduzir as “perdas” com a suspensão dos calendários educacionais em face da pandemia.

É preciso atenção redobrada para o surgimento de um oportunismo salvacionista dos mercadores da educação que apresentam as atividades remotas e a EAD como solução inevitável aos problemas vividos no momento. Primeiramente, justificam tais as atividades para reduzir as “perdas” do calendário, da carga horária, dos dias letivos, apelando ao burocratismo e à falácia de que “a educação não pode parar”. Assim, ao enfatizar as perdas do semestre ou do ano letivo, buscam tirar o foco dos milhares de vidas salvas com a suspensão das atividades escolares. Simultaneamente a essa estratégia, setores privados abrem novas frentes de negócio vendendo seus interesses ao MEC através de serviços de plataformas de ensino, materiais didáticos e consultorias. Trata-se de um plano de entrega da educação pública às grandes empresas de informática como Google, Microsoft, Apple e outras. Isso explicaria a rapidez do MEC em autorizar a substituição das aulas presenciais por atividades remotas.

Não podemos nos iludir, uma EAD de viés neoliberal é a mola propulsora para a precarização do trabalho docente e redução de verbas no ensino, pesquisa e extensão, bem como para a possibilidade de cortes salariais no futuro próximo. Nós alertamos que os cursos em EAD, no Brasil, são precários e oferecem riscos à educação pública. A ausência de mediação direta dos professores e professoras, as distâncias afetivas, sociais, políticas, culturais que se instalam no processo educativo acarretam altos índices de evasão e péssima qualidade no ensino-aprendizagem. Em qualquer área científica, o debate, o convívio pessoal, dialógico e crítico, as experimentações laboratoriais presenciais são de importância fundamental na formação humana. Na EAD, há enorme perda de autonomia docente na produção de materiais e conteúdos próprios, pois passam a ser condicionados aos formatos padronizados das plataformas digitais.

A mercantilização da educação via EAD é a tentativa de esconder e aprofundar as graves desigualdades entre os estudantes de nosso país. Além do precário ou ausente acesso à internet e, em muitos casos, da impossibilidade de adquirir os equipamentos necessários, é inaceitável que o direito constitucional à educação seja confinado às diminutas dimensões da tela de um celular. Trata-se de uma proposta que nega as diferenças de contextos educacionais, sobretudo, aqueles que se encontram na educação do campo. Uma EAD de viés neoliberal significa, na prática, uma grave violação ao direito à educação de milhões de estudantes. Ela precariza a escola e a universidade não apenas como instituições públicas, ou seja, financiadas pelo Estado e com vistas à formação para a esfera pública; mas torna a educação *doméstica* e *domesticada*, esvaziando-as como espaços presenciais onde se expõem e problematizam, publicamente, as preocupações humanas em comum.

Nós, profissionais da educação do IFPA, portanto, defendemos e valorizamos a educação pública e presencial enquanto processo amplo para a formação ética, política, cultural, econômica e cidadã. Para além da visão limitada que se centra no simples acesso tecnológico e informacional, é necessário pensar a educação presencial como produtora de humanização. É no ambiente escolar-universitário que se estrutura uma sociabilidade afetiva, crítica, com sonhos e projetos que ganham vida e concretude, de modo que não podemos aceitar que isso seja negado aos nossos estudantes. Contudo, também não aceitaremos o retorno das atividades educativas presenciais enquanto aumentam os números de infectados e de vidas perdidas durante a pandemia no Brasil, sem um mínimo de condições sanitárias e sociais que garantam o nosso direito à vida.

Esse alerta e chamado à mobilização se dirige, portanto, não apenas aos profissionais da educação, mas também aos estudantes, sindicatos, associações, grupos de pesquisa, institutos e demais entidades verdadeiramente comprometidas com a descolonização desse país. Precisamos resistir contra os ataques urdidos contra todos nós. Precisamos lutar contra a privatização da educação via projeto FUTURE-SE, contra as “hibridizações” dos currículos, que criam, aumentam ou reduzem de forma acrítica, cargas horárias, disciplinas ou cursos para implantar a EAD.

Por fim, conclamamos a todos e todas que intensifiquem a defesa do SUS e, consequentemente, o direito à vida de nossa população, que potencializem as práticas democráticas e antifascistas em nosso país, que aumentem a pressão para a cassação da chapa Bolsonaro/Mourão, bem como para a quebra de patentes na produção de vacinas e de medicamentos capazes de salvar vidas. Não podemos também deixar de exaltar e engrandecer o papel dos profissionais de saúde e de tantos outros que travam, na linha de frente, uma guerra difícil, muitas vezes sem as condições básicas ou adequadas para fazer o enfrentamento da COVID-19. A clara e evidente limitação do nosso sistema público de saúde exige a revogação imediata da emenda constitucional do teto de gastos públicos, a regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas e o aperfeiçoamento das políticas de renda básica universal.

FIQUEMOS ALERTAS E MOBILIZADOS!

FRENTE AUTÔNOMA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - FAE

